

**PROVA ESCRITA PRELIMINAR OBJETIVA**  
**CADERNO I**  
Número de Questões: 55 (cinquenta e cinco)

---

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade, examine as afirmações abaixo:

I - A medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, reveste-se, ordinariamente, de eficácia ex nunc, operando, por-tanto, a partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal a defere; excepcionalmente, no entanto, a medida cautelar poderá projetar-se com eficácia ex tunc, com repercussão sobre situações pretéritas.

II - A impossibilidade da intervenção processual de entidade privada, em sede da ação direta de inconstitucionalidade, traduz ofensa à garantia constitucional do contraditório, de vez que o postulado do contraditório, no processo de controle abstrato de constitucionalidade, não se vê inteiramente atendido, de um lado, com a só possibilidade de o órgão estatal defender, objetivamente, o próprio ato que editou, e, de outro, com a intervenção do Advogado-Geral da União, que, em atuação processual plenamente vinculada, deve assumir, na condição de curador da presunção de constitucionalidade, a defesa irrestrita da validade jurídica da norma impugnada.

III - O controle abstrato de constitucionalidade somente pode ter como objeto de impugnação atos normativos emanados do Poder Público. Isso significa, ante a necessária estatalidade dos atos suscetíveis de fiscalização in abstracto, que a ação direta de inconstitucionalidade só pode ser ajuizada em face de órgãos ou instituições de natureza pública. Entidades meramente privadas, porque destituídas de qualquer coeficiente de estatalidade, não podem figurar como litisconsortes passivos necessários em sede de ação direta de inconstitucionalidade. Assinale a alternativa que contém, apenas, afirmações corretas:

- A) I, II e III;
- B) I e II;
- C) I e III;
- D) II e III.

02. O tema da interpretação constitucional apresenta diversos desdobramentos interessantes. A respeito do assunto, assinale a alternativa verdadeira.:

A) pelo princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais devem ser interpretadas em conjunto, para evitar possíveis contradições com outras normas da própria Constituição;

B) o princípio da concordância prática estabelece que a Constituição, para manter-se atualizada, deve ser interpretada no sentido de tornar sempre atual os seus preceptivos, os quais devem acompanhar as condições reais dominantes numa determinada situação;

C) o princípio da força normativa da Constituição estabelece que os bens jurídicos, constitucionalmente protegidos, devem ser coordenados com vistas à resolução dos problemas concretos;

D) o princípio do critério da correção funcional estabelece que, se a Constituição propõe criar e manter a unidade política, os pontos de vista, incumbidos de interpretar as suas normas, diante dos problemas jurídico-constitucionais, devem promover a manutenção de tal unidade.

03. Sobre o federalismo brasileiro, é correto afirmar:

- A) É válido o dispositivo constitucional estadual que cria municípios, mediante desmembramento, assim como a lei estadual posterior que dispõe sobre a área e os limites dos municípios criados pelo constituinte estadual.
- B) É válida norma constitucional estadual que proíbe a dispensa, sem justa causa, de empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista estaduais, por ofensa ao dispositivo constitucional federal que atribui privativamente à União a competência para legislar sobre direito do trabalho.
- C) Ofende a Constituição Federal de 1988 dispositivo constitucional estadual que, ampliando as hipóteses de competência originária dos Tribunais de Justiça para julgamento de habeas corpus previstas no art. 650, do Código de Processo Penal, confere ao Tribunal de Justiça local competência originária para julgar habeas corpus contra ato de Promotor de Justiça.
- D) No âmbito da competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho - que abrange as normas de reajuste salarial compulsório - a lei federal incide diretamente sobre as relações contratuais dos servidores dos Estados, dos Municípios e das respectivas autarquias, sem qualquer ofensa às autonomias respectivas.

04. Sobre o sistema tributário nacional, examine as afirmações abaixo:

- I - A partilha, entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, das competências para criar impostos (competências impositivas) foi levada a cabo de acordo com um critério material, uma vez que o constituinte descreveu objetivamente fatos, que podem ser colocados, pelos legisladores ordinários federal, estaduais, municipais e distrital, nas hipóteses de incidência dos impostos de suas pessoas políticas.
- II - Em matéria de direito tributário, o postulado da igualdade perante a lei só pode ser legitimamente implementado se considere-se a capacidade do indivíduo para contribuir com os encargos públicos, sendo estreita a relação entre o princípio da isonomia e o da capacidade contributiva, sendo o segundo consequência do primeiro.
- III - Não é qualquer atividade estatal que autoriza a exigência das taxas, senão aquelas especificadas pelo próprio texto constitucional (concernentes a serviços públicos e poder de polícia), cuja competência administrativa, para o respectivo exercício, distribuiu entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, também se utilizando de um critério material de organização e divisão.

Assinale a alternativa que contém, apenas, afirmações corretas:

- A) I, II e III;
- B) I e II;
- C) I e III;
- D) II e III.

05. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) A Constituição Federal de 1988 não impede que o legislador ordinário crie um tipo de recall para cassar o mandato do representante infiel às teses programáticas assumidas durante o processo eleitoral.
- B) Nos termos da Constituição Federal de 1988, os Estados não dispõem de autonomia para disciplinar o sistema eleitoral a ser adotado para as eleições estaduais e municipais.
- C) No atual sistema constitucional brasileiro, a estabilidade do servidor público somente pode ser afastada em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo no qual se lhe assegure ampla defesa.
- D) A comissão representativa do Congresso Nacional, em funcionamento no período de

recesso, dispõe de todos os poderes típicos do órgão legislativo, podendo deliberar inclusive sobre emenda constitucional e sobre a cassação de deputados ou de senadores.

06. Assinale a alternativa verdadeira.:

A) Quando a Constituição Federal de 1988 estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina, a palavra lei é empregada em sentido amplo, abrangendo qualquer ato normativo, como, por exemplo, a medida provisória, o decreto legislativo e a lei delegada.

B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, contribuição social instituída por medida provisória somente poderá ser cobrada noventa dias após a edição da primeira medida, posteriormente reeditada.

C) Invade a competência da União para legislar sobre processo civil e contraria a norma do art. 100, da Constituição Federal de 1988, decreto estadual que dispõe sobre o pagamento, em ordem prioritária, dos créditos de natureza alimentar (diferença de vencimentos, indenizações por acidente do trabalho e responsabilidade civil e outros de mesma espécie).

D) É válida lei estadual que autoriza a menores com 16 anos completos o uso e a condução de embarcações, aeronaves e veículos automotores, dependendo apenas da permissão do Juizado da Infância e da Adolescência.

07. A respeito dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa verdadeira.:

A) O lançamento do nome do réu no rol dos culpados previsto no Código de Processo Penal é compatível com o princípio constitucional da presunção de inocência.

B) O princípio da presunção de inocência não permite a prisão cautelar ou provisória, assim como a denúncia vaga ou genérica no processo penal é plenamente compatível com o princípio constitucional do direito de ampla defesa.

C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a previsão contida na lei dos crimes hediondos consistente em que os autores de determinados crimes cumpram a pena em regime fechado atenta contra o princípio da individualização da pena.

D) É entendimento pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o princípio da proporcionalidade tem aplicação no nosso sistema constitucional por força do princípio do devido processo legal.

08. Sobre as garantias processuais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, examine as afirmações abaixo:

I - O devido processo legal configura ampla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e propriedade quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutor e plenitude de defesa.

II - Embora no campo administrativo não exista necessidade de tipificação estrita que subsuma rigorosamente a conduta à norma, a capitulação do ilícito administrativo não pode ser tão aberta a ponto de impossibilitar o direito de defesa, pois nenhuma penalidade poderá ser imposta, tanto no campo judicial quanto nos campos administrativos ou disciplinares, sem a necessária amplitude de defesa.

III - O contraditório nos procedimentos penais se aplica aos inquéritos policiais, pois a fase investigatória é preparatória da acusação, existindo, já, acusado, constituindo, pois, em procedimento pré-judicial, de caráter investigatório, destinado a subsidiar a atuação do titular da ação penal, o Ministério Público.

Assinale a alternativa que contém, apenas, afirmações corretas:

- A) I, II e III;
- B) I e II;
- C) I e III;
- D) II e III.

09. Ainda sobre as garantias processuais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, examine as afirmações abaixo:

I - A assistência jurídica integral compreende a consulta e a orientação extrajudiciais, representação em juízo e gratuidade do respectivo processo. A assistência judiciária, ou seja, o serviço público organizado, consistente na defesa em juízo do assistido, deve ser oferecida pelo Estado, não podendo ser desempenhada por entidades não estatais, conveniadas ou não com o Poder Público;

II - Para o processo penal, o contraditório tem de ser efetivo, real, substancial, implicando em defesa técnica substancial do réu, ainda que revel, para que se tenha por obedecido o mandamento constitucional. Para isso, a norma é completada pelo dispositivo do Código de Processo Penal, que manda seja dado defensor ao réu quando o juiz o considerar indefeso.

III - A inovação da Constituição Federal de 1988 em relação ao contraditório foi profunda porque fez com que o princípio alcançasse expressamente os processos civil, penal e administrativo. Na Constituição Federal de 1969, havia previsão expressa da garantia do contraditório somente para o processo penal, inobstante houvesse manifestação da doutrina no sentido de que aquele princípio se aplicava também ao processo civil e ao processo administrativo.

Assinale a alternativa que contém, apenas, afirmações corretas:

- A) I, II e III;
- B) I e II;
- C) I e III;
- D) II e III.

10. Assinale a única alternativa que contém competência do Supremo Tribunal Federal:

- A) a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo;
- B) processar e julgar originariamente os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado;
- C) julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados;
- D) processar e julgar originariamente o conflito positivo de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal Superior Eleitoral.

### DIREITO DO TRABALHO

11. Examine cuidadosamente as afirmações abaixo:

I - A empresa se confunde com o estabelecimento, que é o lugar em que o empresário exerce as suas atividades. O estabelecimento serve para explicar o lugar em que são formados os preços, a distribuição dos recursos, onde ficam os estoques.

II - Um dos requisitos para ser empregado é ser pessoa física, não sendo possível o empregado ser pessoa jurídica ou animal. Disso decorre que a legislação trabalhista tutela a pessoa física do trabalhador e que os serviços prestados pela pessoa jurídica são regulados pelo Direito Civil.

III - No contrato de trabalho, a subordinação é o aspecto da relação de emprego visto pelo lado do empregado, enquanto o poder de direção é a mesma acepção vista pelo lado do empregador, significando isso que o trabalhador empregado é dirigido por outrem, o empregador. Se o trabalhador não é dirigido pelo empregador, mas por ele próprio, não se pode falar em empregado, mas em autônomo ou outro tipo de trabalhador.

Assinale a alternativa que contém, apenas, afirmações corretas:

- A) I, II e III;
- B) I e II;
- C) I e III;
- D) II e III.

12. Sobre o contrato de trabalho e sua diferenciação de outros contratos assemelhados, examine as afirmações abaixo:

I - Na locação de serviços ("locatio operarum") contrata-se uma atividade profissional e não um resultado, inexistindo subordinação entre o locador de serviços e o locatário. Normalmente a locação de serviços tem por preponderância atividade intelectual, enquanto a empreitada envolve atividade braçal. Na locação de serviços há autonomia, independência na sua prestação.

II - A empreitada ("locatio operis") vem a ser o contrato pelo qual uma das partes vem a fazer ou mandar fazer certa obra, mediante o pagamento de uma remuneração fixa ou proporcional ao serviço realizado. A empreitada se distingue da locação de serviços pelo fato de na primeira se contratar um resultado e na segunda uma atividade, embora em ambos haja independência e autonomia na prestação de serviços.

III - A diferença entre o contrato de trabalho e o contrato de sociedade é feita principalmente pela inexistência, no primeiro, do elemento "affectio societatis", ou seja, o interesse dos sócios para a realização de um mesmo fim, na colaboração que há entre eles para se alcançar um objetivo comum. O objeto do contrato de trabalho é a prestação de serviços subordinados do empregado ao empregador, enquanto no contrato de sociedade é a obtenção de lucros, que é o fim comum almejado pelos sócios, que têm uma relação de igualdade entre si e não de subordinação.

IV - A idéia principal do contrato de mandato é a representação que o mandatário faz em relação aos poderes que lhe foram outorgados pelo mandante. No contrato de trabalho pode até haver representação do empregador pelo empregado, como ocorre nos cargos de confiança, mas não é a regra. O mandato é geralmente gratuito, porém o contrato de trabalho é sempre oneroso.

Das afirmações acima, está (ão) correta (s):

- A) quatro;
- B) três;
- C) duas;
- D) uma.

13. Assinale a alternativa que só contém requisitos essenciais do contrato de trabalho:

- A) continuidade, subordinação, onerosidade e exclusividade da prestação de serviços pelo empregado ao empregador;
- B) alteridade, pessoalidade, onerosidade e grau de escolaridade do empregado

compatível com a função exercida;

C) continuidade, subordinação, onerosidade, alteridade e pessoalidade;

D) formação profissional do empregado, grau de escolaridade do empregado compatível com a função exercida, exclusividade da prestação de serviços pelo empregado ao empregador, continuidade e onerosidade.

14. Sobre a classificação da remuneração, examine as afirmações abaixo:

I - Salário por unidade de tempo não depende do serviço ou da obra realizada, mas sim do tempo gasto para a sua consecução. Assim, seria a fixação do salário por hora, por dia, por semana, por quinzena ou por mês. O critério de remuneração por unidade de tempo não se confunde com os períodos de pagamento. O empregado horista pode ter como época de pagamento o final do mês, ou seja, recebendo mensalmente.

II - No pagamento de salário por unidade de obra, não se leva em consideração o tempo gasto na consecução do serviço, mas sim o próprio serviço realizado, independentemente do tempo despendido.

III - O pagamento de salário em utilidades se dá pelo fornecimento da utilidade e tal modalidade decorrerá do contrato ou do costume. A legislação consolidada permite o pagamento do salário em utilidades, ou seja, além do pagamento em dinheiro, o empregador poderá fornecer utilidades ao empregado, como alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natu-ra". IV - O salário por tarefa é uma forma mista de salário, que fica entre o salário por unidade de tempo e o salário por unidade de obra. O empregado deve realizar durante a jornada de trabalho certo serviço que lhe é determinado pelo empregador. Terminado o referido serviço, mesmo antes do fim do expediente, pode o empregado se retirar da empresa, pois já cumpriu suas obrigações diárias.

Das afirmações acima, está (ão) correta (s):

A) uma;

B) duas;

C) três;

D) quatro.

15. Assinale a alternativa verdadeira.:

A) os direitos oriundos do contrato de trabalho não subsistem em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa;

B) se o empregador pagar o salário à mulher ou ao marido de seu empregado ou empregada, deverá provar que o pagamento re-verteu em benefício do obreiro, sob pena de pagar novamente, pois quem paga mal, paga duas vezes;

C) os salários são penhoráveis, tanto para efeito de pagamento de prestação alimentícia, como para pagamento de qualquer outra obrigação assumida pelo empregado;

D) qualquer que seja a modalidade de trabalho, o pagamento do salário pode ser estipulado por período superior a um mês, inclusive quanto às comissões, percentagens e gratificações.

16. Sobre a reclamação trabalhista, examine as afirmações abaixo:

I - A despeito das previsões do Código de Processo Civil, tem sido admitido na praxe forense trabalhista o aditamento e/ou a modificação do pedido, mesmo após a citação, desde que o juízo propicie oportunidade ao reclamado de exercitar plenamente o contraditório processual;

II - A exigência de dupla conciliação obrigatória é regra somente aplicável ao processo de conhecimento e, segundo a doutrina predominante, apenas a ausência da derradeira



proposta de conciliação pode ensejar a nulidade processual;

III - O duplo arquivamento do processo trabalhista se confunde com a perempção do processo civil, uma vez que, tanto no duplo arquivamento, quanto na perempção, o reclamante fica impossibilitado definitivamente de acionar o reclamado, impossibilidade restrita ao objeto da ação que pôs fim aos dois processos anteriores;

IV - São hipóteses que permitem a interposição de recurso em face de decisão interlocutória prolatada em processo trabalhista: a) impugnação do valor dado à causa pelo juiz, que poderá ser objeto de "pedido de revisão"; e b) possibilidade de utilização dos embargos de declaração contra decisão interlocutória que nega seguimento a recurso ordinário por lhe faltar um dos re-quisitos extrínsecos.

Das afirmações acima, está (ão) correta (s):

A) uma;

B) duas;

C) três;

D) quatro.

17. Assinale a alternativa verdadeira.:

A) A substituição processual trabalhista é sui generis, uma vez que admite o substituído transacione, desista ou até mesmo ajuíze a reclamatória em nome próprio, enquanto no processo comum o substituto não precisa de qualquer mandato ou permissão do substituído, que não tem qualquer possibilidade de intervenção no processo.

B) Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios, nunca superiores a 10% (dez por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

C) Constitui competência material da justiça do trabalho processar e julgar o litígio entre o servidor público estadual estatutário e o Estado.

D) No processo do trabalho, presume-se recebida a notificação postal 05 (cinco) dias depois de sua regular expedição.

18. Limitado o seu cabimento, no processo do trabalho, aos despachos que denegarem a interposição de recurso, trata-se de recurso que será dirigido à autoridade judiciária prolatora do despacho impugnado, no prazo de oito dias de sua intimação, e processado em autos apartados. Trata-se do recurso:

A) de revista;

B) agravo de instrumento;

C) ordinário;

D) embargos de declaração.

19. Sobre a execução no processo trabalhista, examine as afirmações abaixo:

I - O termo de ajuste de conduta ou de compromisso celebrado perante órgão do Ministério Público do Trabalho constitui título executivo extrajudicial passível de execução direta perante a Justiça do Trabalho.

II - A liquidação por artigos será feita quando houver necessidade de provar fatos novos que devam servir de base para fixar o quantum da condenação e será processada de acordo com rito especial fixado em lei própria.

III - Com a edição da Lei N.º 6.830, de 22 de setembro de 1980, que passou a reger a cobrança dos créditos da Fazenda Pública, as suas normas passaram a ser de aplicação subsidiária na execução trabalhista, na inexistência de norma específica na CLT; a regra

é a seguinte: primeiro o intérprete irá se socorrer da CLT ou de lei trabalhista nela não inserida e, não havendo disposição nestas, aplica-se a Lei N.º 6.830/80. Caso esta última norma também não resolva a questão, será aplicado o Código de Processo Civil.

IV - Segundo a maioria da doutrina e da jurisprudência, as obrigações de fazer comportam execução provisória, sendo inclusive recomendável a reintegração do empregado no emprego em execução provisória, mesmo diante da dificuldade do retorno ao status quo ante, caso haja provimento do recurso apresentado.

Das afirmações acima, está (ão) correta (s):

- A) uma;
- B) duas;
- C) três;
- D) quatro.

### DIREITO COMERCIAL

20. Em relação à alienação fiduciária em garantia, assinale a alternativa verdadeira.:

- A) o fiduciante obtém financiamento do fiduciário para aquisição de um bem que é alienado ao fiduciário;
- B) a garantia do financiamento não tem relação com o bem financiado;
- C) não transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta do bem móvel alienado;
- D) o bem fica na posse direta e depósito do fiduciário.

21. No cheque:

- A) contra-ordem e oposição ao pagamento têm o mesmo significado;
- B) a lei do cheque exige boletim de ocorrência para que seja dada a contra-ordem;
- C) a contra-ordem só pode ser dada pelo emitente e a oposição ao pagamento pode ser feita pelo emitente e pelo portador legítimo;
- D) a oposição ao pagamento e a contra-ordem não se excluem reciprocamente.

22. Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada:

- A) não pode ser aplicada, no caso de omissão do seu estatuto social, a lei das sociedades anônimas;
- B) a sociedade não pode adquirir suas próprias quotas;
- C) o sócio remisso não pode ser excluído da sociedade;
- D) limitada é a responsabilidade do quotista, mas não a da sociedade.

23. Sobre a sociedade irregular, sem personalidade jurídica, assinale a alternativa verdadeira.:

- A) os sócios não são responsáveis pelas obrigações sociais porque são distintos o patrimônio dos sócios e o da sociedade;
- B) para tornar-se regular e adquirir personalidade jurídica, é imprescindível que registre o contrato social na Junta Comercial;
- C) não se sujeitam ao instituto da falência;
- D) a irregularidade invalida os atos de comércio praticados.

24. A concordata:

- A) não pode ser requerida por devedor que deixou de arquivar registros ou inscrever no



- registro de comércio os livros indispen-sáveis ao exercício legal do comércio;  
B) não pode ser impetrada pelo comerciante de fato ou irregular;  
C) só existe para prevenir a falência;  
D) não pode ser impetrada no curso do processo falimentar.

25. A nota promissória:

- A) pode ser emitida ao portador;  
B) deve, obrigatoriamente, conter o nome da pessoa a quem ou à ordem de quem deve ser paga;  
C) não pode ser endossada;  
D) precisa, necessariamente, ser avalizada.

26. Na sociedade anônima:

- A) o valor das debêntures é cotado nas bolsas de valores;  
B) a companhia só poderá fazer uma única emissão de debêntures;  
C) é permitida a emissão de debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra a companhia nas condições es-tabelecidas na escritura de emissão e do certificado;  
D) as debêntures não conferem direito de crédito.

27. "Título de crédito é o documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele mencionado" (César Vivante). Na expressão documento necessário do conceito transcrito é identificável o princípio da:

- A) literalidade;  
B) abstração;  
C) autonomia;  
D) incorporação.

28. Quanto aos efeitos da falência e da concordata, assinale a alternativa verdadeira.:

- A) o síndico e o comissário têm as mesmas atribuições;  
B) na concordata, ao contrário do que acontece na falência, o concordatário não fica privado da administração do seu comércio;  
C) continuando na administração dos seus bens, o concordatário pode alienar bens imóveis sem autorização judicial;  
D) o síndico fiscaliza a administração da massa falida e o comissário administra a empresa concordatária.

### ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

29. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) Considera-se juridicamente necessitado o declaradamente pobre na forma da lei, sendo defeso à Defensoria Pública apurar o estado de carência dos seus assistidos.  
B) A Defensoria Pública, por seus Defensores, representará as partes em juízo e no exercício das funções institucionais indepen-dentemente de procuração, praticando todos os atos do procedimento e do processo, inclusive os recursais e aqueles para os quais a lei exija poderes especiais.  
C) À Defensoria Pública é assegurada a gratuidade de publicação dos expedientes, editais e outros atos relativos à assistência ju-rídica aos necessitados, tanto junto à

imprensa oficial, quanto junto aos jornais privados de grande circulação.

D) A Defensoria Pública participará necessariamente do Conselho de Segurança Pública Estadual, do Conselho Estadual de Política Criminal, do Conselho Penitenciário do Estado e do Conselho Estadual de Entorpecentes.

30. O Conselho Superior da Defensoria Pública Geral do Estado é composto:

A) pelo Defensor Público Geral, pelo Subdefensor Público Geral e pelo Corregedor Geral, como membros natos, e por três re-presentantes escolhidos pela categoria dentre os Defensores integrantes da entrância especial e/ou da entrância de 2.º grau de jurisdição.

B) por três representantes escolhidos pela categoria dentre os Defensores integrantes da entrância especial e/ou da entrância de 2.º grau de jurisdição e por três Defensores, de qualquer entrância, escolhidos pelo Defensor Público Geral.

C) por três Defensores Públicos escolhidos pelo Governador do Estado dentre os Defensores integrantes da entrância especial e/ou da entrância de 2.º grau de jurisdição e por quatro Defensores Públicos, de qualquer entrância, escolhidos pela categoria.

D) Por membros natos, em número de seis, indicados pelo Governador do Estado, e por membros eleitos pela categoria, em número de seis, escolhidos dentre os Defensores Públicos de qualquer entrância.

31. Indique a única alternativa que contém órgão de atuação da Defensoria Pública do Estado:

A) Defensoria Pública-Geral do Estado;

B) Conselho Superior da Defensoria Pública Geral do Estado;

C) Núcleos da Defensoria Pública do Estado;

D) Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado.

32. Assinale a alternativa verdadeira. sobre o ingresso na carreira de Defensor Público:

A) A nomeação para a classe inicial da carreira de Defensor Público será feita pelo Defensor Público Geral, observada a ordem de classificação no concurso.

B) O candidato aprovado no concurso poderá renunciar à nomeação correspondente à sua classificação, antecipadamente ou até o termo final do prazo de posse, caso em que, optando o renunciante, será deslocado para o último lugar da lista dos classifica-dos.

C) No ato de posse, o candidato nomeado deverá apresentar declaração dos bens e valores que constituem o seu patrimônio e de declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função, sendo permitida a posse por procuração.

D) O nomeado, dispensado de comprovar a sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil para se submeter ao concurso, será empossado no cargo, exigindo-se a comprovação da obtenção da inscrição antes referida no momento de iniciar o exercício.

33. O Defensor Público Substituto deverá entrar em exercício dentro de:

A) 05 (cinco) dias, contados da data da nomeação;

B) 10 (dez) dias, contados da data da posse;

C) 10 (dez) dias, contados da data da nomeação;

D) 30 (trinta) dias, contados da data da posse.

34. Assinale a alternativa verdadeira.:

A) Somente poderá ser indicado para promoção por merecimento o membro da Defensoria Pública que não tenha sofrido pena disciplinar, no período de cinco anos anterior ao pedido de inscrição respectivo e nem esteja respondendo a processo admi-

nistrativo-disciplinar.

B) A remoção de Defensor Público, de um órgão de atuação para outro da mesma classe, far-se-á a pedido, por permuta ou com-pulsoriamente, esta última sempre por ato do Governador do Estado.

C) Será dispensado do estágio probatório o Defensor Público Substituto já avaliado, anteriormente, para o desempenho de outro cargo público.

D) Não constituem acumulação e são considerados como de efetivo exercício o desempenho de atividade em organismos estatais afetos à área de atuação da Defensoria Pública.

35. Sobre os direitos e vantagens dos membros da Defensoria Pública, assinale a alternativa verdadeira.:

A) Os mandados de segurança contra atos do Defensor Público-Geral serão processados e julgados pelos Juizes das Varas da Fa-zenda Pública da Comarca de Fortaleza.

B) Os vencimentos dos Defensores Públicos Estaduais são irredutíveis, ficando impedidos quaisquer descontos, mesmos os fixa-dos em lei e para fins previdenciários.

C) Fica assegurado ao membro da Defensoria Pública ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com di-reito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena.

D) Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública do Estado, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Procurador-Geral de Justiça, que designará Procurador de Justiça para acompanhar a apuração de forma sigilosa.

36. Sobre deveres, proibições e impedimentos dos membros da Defensoria Pública, assinale a alternativa verdadeira.

A) Os membros da Defensoria Pública estão impedidos de servir conjuntamente com Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Defen-sor Público ou Escrivão que sejam parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau.

B) O membro da Defensoria Pública dar-se-á por suspeito ou impedido nos casos previstos na legislação processual, e, se não o fizer, fica vedado ao interessado argüir tal circunstância, uma vez que não se trata de membro da Magistratura ou do Ministé-rio Público.

C) Quando o membro da Defensoria Pública considerar-se suspeito por motivo de natureza íntima, declarará tal fato nos autos, sendo desnecessário qualquer comunicação do fato a qualquer autoridade a que esteja subordinado.

D) O Defensor Público está impedido de exercer suas funções em processo ou procedimento em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consangüíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o segundo grau.

37. Sobre as inspeções e correições, assinale a alternativa verdadeira.:

A) A inspeção permanente será procedida pelos Defensores de 2.º Grau ao oficiarem nos autos e pelo Corregedor-Geral no de-sembpenho de suas funções.

B) A correição ordinária será realizada pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços, devendo a Corregedoria-Geral realizar, anualmente, no mínimo, vinte correições ordinárias, sendo quatro quintos delas na Comarca da Capital.

C) A correição extraordinária será realizada pelo Defensor Público-Geral e por seus auxiliares, sempre que entender conveniente, para verificar a regularidade do serviço, a

eficiência e a pontualidade dos membros da Defensoria Pública no exercício de suas funções.

D) A responsabilidade administrativa dos membros da Defensoria Pública será sempre apurada por intermédio de sindicância ou processo disciplinar, instaurado pelo Corregedor-Geral.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

38. Estabelece o Código do Processo Penal, no art.312 que "A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes de autoria." No dispositivo em apreço temos a configuração de defesa da sociedade e do indivíduo contra o arbítrio do Estado. É o que nos dita:

- A) o Princípio da Verdade Real;
- B) o Princípio Político;
- C) o Princípio da Íntima Convicção;
- D) o Princípio do "in dubio pro reo".

39. Como peça de investigação, o inquérito policial admite a reconstituição do crime, ao ditar o Código do Processo Penal, no art. 7.º, "Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública". Temos, no enunciado em apreço, a consagração do Princípio do (a):

- A) discricionariedade;
- B) arbítrio;
- C) livre convencimento motivado;
- D) consunção.

40. O Procurador Geral de Justiça ofertou ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará uma denúncia contra o Prefeito Municipal de Caririáçu pela prática de Concussão - "Art.316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida: Pena - reclusão de dois a oito anos, e multa." (Código Penal). No caso aqui configurado, trata-se de:

- A) ação penal pública condicionada;
- B) ação penal pública originária;
- C) ação popular;
- D) ação de iniciativa privada subsidiária da pública.

41. Segundo o Código do Processo Penal, "A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo dos atos realizados sob a vigência da lei anterior." (art. 2.º). Neste dispositivo, o legislador pátrio, no que tange à aplicação da lei processual penal no tempo, adotou o princípio da aplicação imediata das normas processuais, sem efeito retroativo, uma vez que, se tivesse, a retroatividade de anularia os atos anteriores, o que não ocorre. Aplica-se, portanto, o princípio do tempus regit actum, do qual decorrem dois efeitos:

- A) os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior são considerados válidos; a lei penal não retroage para prejudicar;
- B) os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior são considerados válidos; o crime só será típico se houver lei anterior que o defina;
- C) os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior são considerados válidos; as normas processuais têm aplicação imediata, regulando o desenrolar restante do processo, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada;
- D) os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior são considerados válidos; a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

42. A viúva de Normando Reis, diante da inércia do Ministério Público, o qual ultrapassou o prazo legal de dar a denúncia e não o fez, ingressou em juízo com uma Queixa, movendo, desta maneira uma ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública. Por negligência da autora da ação, o Ministério Público retomou a ação como parte principal, passando, desta maneira, a ser o "dominus litis". Nesse caso:

- A) a viúva está inteiramente alijada do prélio;
- B) a viúva pode retornar ao prélio somente como assistente litisconsorcial;
- C) a viúva pode retornar ao prélio como natural autora da ação penal privada;
- D) a viúva pode retornar ao prélio como Assistente do Ministério Público.

43. O Juiz de Direito da Comarca de Mocambo julgou improcedente a denúncia contra o réu Jorge Dias, pela prática de furto de um relógio de ouro de propriedade de Crésio Junqueira, sob o argumento de que não houve prova da existência do fato. Como era abastado comerciante, Jorge Dias foi defendido por advogado constituído. Crésio Junqueira, como perdera uma coisa de estimação, procurou você como Defensor Público da Comarca, afirmando que desejava ser ressarcido do prejuízo. Nesse caso, como defensor público:

- A) você orientou Crésio a ingressar com a ação civil "ex delicto", porque pode ser feita prova no juízo cível;
- B) você desaconselhou o ingresso de qualquer ação contra Jorge Dias, porque ninguém pode ser processado duas vezes pelo mesmo fato;
- C) você aconselhou Crésio Junqueira a provocar novamente, pelo mesmo fato, a iniciativa do Ministério Público, porque o poder de punir e de apurar do Estado ainda não falecera;
- D) você desaconselhou Crésio Junqueira a não entrar com uma ação porque o réu fora absolvido do crime.

44. Disciplina o Código do Processo Penal, no art. 218, que "Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública." Quando assim procede, com a testemunha faltosa ao seu chamamento, o Juiz põe em prática um elemento da jurisdição, que deve ser praticado, a fim de que se chegue a uma decisão. É ele:

- A) vocatio;
- B) coertitio;
- C) executio;
- D) iudicium.

45. O Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Fortaleza estava de plantão e para ele foi distribuída uma representação do Delegado do 4.º Distrito

Policia em torno da decretaçã da Prisaõ Temporária do homicida César Prates, haja vista ter morto Antônio Cruz. O magistrado entendeu procedente a representaçã da autoridade policial e determinou a restriçã cautelar do indiciado. Concluído o Inquirito Policial, o Delegado de Polícia do 4.º Distrito Policial o encaminhou para o Juiz que decretou o emprisonamento precautório. Nesse caso:

- A) o Juiz da Primeira Vara Criminal é o Juiz competente para continuar no processo, pelo critério da prevençã, porque foi o Juiz que primeiro praticou um ato pertinente àquele processo;
- B) o Juiz da Primeira Vara Criminal é o Juiz competente pelo critério da distribuiçã, para continuar como Juiz daquele processo;
- C) o Juiz da Primeira Vara Criminal não é o Juiz competente para continuar no processo, porque, na comarca há outros juizes igualmente competentes em termos de Vara de Júri;
- D) o Juiz da Primeira Vara Criminal não é o Juiz competente para continuar naquele processo, porque sua Vara foi extinta na re-forma do Judiciário cearense.

46. O Delegado de Polícia Civil de Carreira do Décimo Distrito Policial recebeu preso em flagrante Marcos Sousa porque o mesmo, munido de faca-peixeira, na Praça da Sé, excidou Raimundo Nonato, seu antigo desafeto. Quando da feitura do auto de prisã em flagrante, o Delegado decidiu, após a lavratura do auto colocar o preso em liberdade, porque o mesmo, além de puxar os cabelos, se jogava nas paredes da Delegacia e queria morder a todos. Segundo o Delegado, aquele homem era louco e a lei penal é clara - "Art. 26. É isento de pena o agente que, por doençã mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da açã ou da omissã, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se com esse entendimento." (Código Penal Brasileiro). Nesse caso:

- A) o Delegado agiu certo, porque dispõe de poder discricionário para tanto;
- B) o Delegado agiu certo porque não se pode prender um inimputável pelos termos do art. 26, do Código Penal;
- C) o Delegado agiu errado porque tinha que ouvir o Representante do Ministério Público sobre aquela situaçã que ele considerava de loucura;
- D) o Delegado agiu errado porque, se entendia que o preso era louco, devia ter representado ao Juiz, a fim de ser o mesmo (pre-so) submetido a exame de insanidade mental.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

47. Sobre a açã monitória, é correto afirmar:

- A) é açã de conhecimento, constitutiva, com cogniçã sumária e expediçã de mandado monitório;
- B) a duplicata, a nota promissória e o cheque são títulos hábeis a aparelhar monitória;
- C) os embargos independem de prévia segurançã do juízo e serão processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário;
- D) não são admissíveis embargos.



48. A respeito do Mandado de Segurança, podemos afirmar:

- A) é cabível contra a decisão que antecipa os efeitos da tutela (art. 273, do Código de Processo Civil);
- B) o juiz poderá, liminarmente, suspender o ato que motivou o pedido, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida;
- C) o juiz não pode conceder liminar 'ex officio';
- D) existe litisconsórcio passivo necessário entre a autoridade coatora e a pessoa jurídica de direito público à qual ela pertence.

49. A ação popular tem por finalidade a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Estado Federado, do Distrito Federal, dos Municípios, entidades autárquicas, sociedades de economia mista, dentre outras, de interesse público. Para os fins a que a lei se destina, são atos lesivos ao patrimônio destas pessoas:

- A) a dispensa de licitação, exceto, para os serviços de notória especialização;
- B) o ato administrativo que fere interesse de particular;
- C) a operação bancária quando o valor do bem dado em garantia hipotecária for superior ao constante da escritura;
- D) a concessão de serviço público a particulares, mesmo que haja prévia concorrência pública.

50. A Lei N.º 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê, em seu art. 24, uma variante para o procedimento a ser adotado. Trata-se do juízo arbitral. A esse respeito, é correto observar que:

- A) optando as partes por este procedimento, o juiz togado nomeará o árbitro e designará audiência de instrução e julgamento para os próximos 10 (dez) dias;
- B) o árbitro nomeado deverá decidir, obedecendo ao princípio da legalidade;
- C) as partes só poderão escolher árbitros entre os juízes leigos do juizado;
- D) a instauração do juízo arbitral dependerá de termo de compromisso do árbitro nomeado.

51. Sobre a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, medida prevista no art. 273, do Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- A) é um incidente admissível somente nas ações ordinárias condenatórias;
- B) é medida que contraria os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal pois fere os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa;
- C) justifica-se pelo princípio da necessidade, a partir da constatação de que sem ela a espera pela sentença de mérito importaria denegação da justiça, pondo em risco a efetividade da prestação jurisdicional;
- D) é uma faculdade do juiz, mesmo presentes os pressupostos rigidamente traçados em lei.

52. Em ação de execução, a penhora recaiu sobre imóvel de propriedade do devedor, e, deste ato, foi intimada a mulher. A respeito da relação processual da mulher, no feito executivo, é correto afirmar:

- A) só poderá oferecer embargos de terceiros, pois não é parte integrante da lide;
- B) só poderá oferecer embargos do devedor, pois mesmo não compondo a lide é seu dever zelar pela meação;
- C) por decisões reiteradas do Superior Tribunal de Justiça firmou-se o entendimento de

que poderá opor embargos de terceiros ou embargos do devedor;  
D) não é parte legítima para propor embargos.

53. Recebido o agravo de instrumento, poderá o relator:

- A) recusar as cópias das peças autenticadas pelo advogado;
- B) negar-lhe seguimento, liminarmente, se entender que a provisão jurisdicional não for urgente;
- C) converter o agravo de instrumento em agravo retido, remetendo os autos ao juízo da causa;
- D) intimar o agravado para responder no prazo de 20 (vinte) dias.

54. Proposta ação indenizatória contra o Estado, a Fazenda Pública deixou transcorrer o prazo para denunciar à lide o funcionário público responsável pelo dano. Deve o juiz:

- A) fixar prazo novo para que a Fazenda Pública cumpra a obrigatoriedade prevista no art. 70, caput, do Código de Processo Civil, sob pena de inviabilizar o direito de regresso;
- B) reconhecer o litisconsórcio passivo necessário e unitário 'ex officio';
- C) prosseguir, sendo certo que o direito de regresso já foi prejudicado;
- D) prosseguir, pois a Fazenda Pública não perde o direito de regresso.

55. O Código de Processo Civil, em seu art. 306, prevê que uma vez recebida a exceção, o processo ficará suspenso, 'até que seja definitivamente julgada'. Se o juiz indeferir liminarmente o pedido, deverá:

- A) aguardar o exame do agravo de instrumento em juízo de retratação;
  - B) suspender o feito até o trânsito em julgado do recurso;
  - C) prosseguir, na expectativa do trânsito em julgado da decisão que julgar a exceção;
  - D) suspender o processo até o trânsito em julgado da apelação
-